

RECUPERAÇÃO TERRITORIAL FACE À FINANCEIRIZAÇÃO DA TERRA E ÀS ZONAS DE EXCEÇÃO DO CAPITAL E DO ESTADO: RETOMADAS E AUTODEMARCAÇÕES EM DEFESA DA VIDA

GISLAINE MONFORT¹

UFGD, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-5677-5740>

LAURA GISLOTI²

UFGD, BRASIL

<http://orcid.org/0000-0002-3954-0245>

RESUMO: *Este estudo tem por objetivo investigar as dinâmicas territoriais contemporâneas dos conflitos conduzidos pelo Estado brasileiro e pelo agronegócio sobre os territórios indígenas. Concomitantemente, analisamos as resistências das recuperações territoriais frente à pilhagem socioambiental e o avanço de zonas de exceção. Mediante a abordagem qualitativa, integramos a revisão crítica da literatura desde as perspectivas teóricas-metodológicas e políticas de pesquisadoras/es indígenas e não indígenas, entrevistas semiestruturadas e análise espaço-temporal (1985 e 2022) das mudanças no uso do solo em Mato Grosso do Sul. Analisamos primeiro contribuições teóricas referentes às dinâmicas de financeirização da terra e à expansão do agronegócio, evidenciando-se dimensões dos ataques sistemáticos da ofensiva ruralista aos territórios indígenas. Em seguida, destacamos a importância dos processos de recuperação territorial na América Latina e no Brasil face às ofensivas do Estado e Capital, chamando a atenção para as retomadas em Mato Grosso do Sul. Diante da guerra permanente e da pilhagem socioambiental conduzidas pelo saque capitalista, os povos originários irrompem os antigos e novos cercos criando fissuras em defesa do território, da vida e da autonomia.*

PALAVRAS-CHAVE: *Agronegócio, impactos socioambientais, retomadas.*

ABSTRACTS: *This study aims to investigate the contemporary territorial dynamics of conflicts led by the Brazilian state and agribusiness over indigenous territories. Simultaneously, we analyze resistance of territorial recoveries against socioenvironmental plundering and the advancement of exception zones. Through a qualitative approach, we integrate a critical literature review from the theoretical-methodological and political perspectives of indigenous and non-indigenous researchers, semi-structured interviews, and spatiotemporal analysis (1985 and 2022) of land use changes in Mato Grosso do Sul. We first analyze theoretical contributions regarding land financialization dynamics and agribusiness expansion, highlighting dimensions of systematic attacks by the ruralist offensive on indigenous territories. Next, we emphasize the importance of territorial recovery processes in Latin America and Brazil in the face of state and capital offensives, drawing attention to reoccupations in Mato Grosso do Sul. Faced with the permanent war and socioenvironmental plundering conducted by capitalist exploitation, indigenous peoples break through old and new enclosures, creating ruptures in defense of territory, life, and autonomy.*

KEYWORDS: *Agribusiness, land takeovers, socio-environmental impacts.*

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: gislainecmonfort@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Oeste do Pará no Instituto de Biodiversidade e Floresta (IBEF/UFOPA) e do Programa de Pós-graduação em Entomologia e Conservação da Biodiversidade (PPGECB/FCBA). E-mail: lauragisloti@gmail.com

Introdução

Abya Yala têm suas ‘veias abertas’ marcada pelos processos históricos de saque, expropriação e pilhagem colonial-capitalista engendradas por meio de antigas práticas de cercamento que retroalimenta a busca incessante por integrar territórios às novas formas de acumulação. Essas cicatrizes tangenciam as veias abertas da trajetória de saque em Abya Yala e evidenciam também o quadro da guerra permanente, da continuidade do saque e as resistências em defesa da vida.

No cenário de expansão da financeirização da terra e da agricultura, diversos agentes empresariais nacionais e transnacionais, privados e estatais, estão atuando de forma integrada em uma aliança corporativa que estabelece relações político-econômicas e mecanismos institucionais que favorecem diretamente o poder rentista. Trata-se do processo de reestruturação produtiva e das dimensões do novo padrão de acumulação de capital no aprofundamento do quadro dependente do capitalismo brasileiro.

Nesse sentido, por ora, nos interessa enfatizar que é nessa conjuntura que diferentes governos seguiram o mesmo procedimento de alianças corporativas e de prioridade às *commodities* como meio de inserção dependente na geopolítica global. Os projetos de diferentes governos mantiveram os mesmos métodos sobre a estrutura fundiária fortemente concentrada nas mãos de poucos e o impulsionamento de empreendimentos voltados ao agronegócio, à mineração, grandes hidrelétricas e infraestrutura, os quais ocorreram com sangue, ferro e fogo sobre a vida de povos originários, camponeses e quilombolas (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2019; MALHEIRO, 2023; SVAMPA, 2023).

Para Michelotti e Siqueira (2019) um dos panoramas que pode colaborar com a análise desse quadro é a relação entre a ascensão da produção de *commodities* impulsionado pelas dinâmicas de financeirização, o crescimento da demanda chinesa e a intensificação do mercado de terras e do extrativismo. Esse processo impulsionou a economia do agronegócio transformando-se não apenas em um mecanismo ou frente de acumulação, mas também em um pacto político fundamentado na grande propriedade e na apropriação de terras e bens comuns.

O retrato desse panorama é a ampla ascensão de zonas de exceção conduzidas pelo saque capitalista por intermédio do extrativismo, destacamos o agronegócio, instituindo o acirramento da pilhagem e expropriação aos territórios indígenas e à sociobiodiversidade. Como apontado por Mbembe (2018) as zonas de exceção manifestam formas de controles e a expressão da ordem judicial instituídas e utilizadas pelo Estado e por agentes empresariais-privados para exercer violações e a dominação sobre a vida de determinados segmentos da população. Ações orquestradas por meio de práticas de violência, pilhagem, imposição da precarização da vida, massacres e genocídios, justificando-as por intermédio de discursos alicerçados no imaginário colonial e racista de ‘segurança’, de ‘ordem’ e ‘soberania nacional’.

O reconhecimento das dimensões da guerra em curso permite a compreensão dos mecanismos predatórios fortemente organizados, respaldados material e financeiramente por agentes estatais, empresariais e privados (MBEMBE, 2018). Esses mecanismos instituem uma lógica empresarial-corporativa no controle dos territórios por meio da violência sistemática contra os povos originários, camponeses e quilombolas. A rota de saque sobre a sociobiodiversidade e os bens comuns, são articulados pela ‘máquina de guerra’ que executa ações brutais que buscam imobilizar espacialmente categorias inteiras de pessoas, povos e comunidades ou, paradoxalmente, busca instituir deslocamentos forçados, levando-as a áreas precárias, da qual se retiram todas as condições necessárias para a reprodução da vida, verdadeiras zonas de exceção (MBEMBE, 2018).

O território torna-se um conceito chave para a análise sobre as formas de acumulação, o avanço da financeirização e a atuação de diferentes agentes no controle do território e dos bens comuns, bem como para compreender os movimentos de resistências que se articulam na luta em defesa da vida. Isso nos permite refletir sobre a perspectiva de “mundos possíveis” que o conceito de território projeta (VIVEIROS de CASTRO, 2002; NARAHARA, 2021) a partir das lutas, retomadas e recuperações territoriais indígenas em diferentes contextos. Os conflitos que se manifestam na questão agrária e o reconhecimento dos sujeitos envolvidos possibilitam dimensionar trajetórias de luta e os horizontes que delas emergem, capazes de enfrentar a racionalidade destrutiva do capital (SAUER et al., 2021).

Portanto, este estudo tem por objetivo e propósito investigar por um lado, as dinâmicas territoriais contemporâneas dos conflitos engendrados pelo Estado brasileiro e pelo agronegócio sobre os territórios indígenas. Por outro lado, refletir sobre as resistências dos processos de recuperação territorial frente à pilhagem socioambiental e a expansão de zonas de exceção.

Inicialmente, analisa-se as contribuições teóricas referentes às dinâmicas de financeirização da terra e à expansão do agronegócio, evidenciando-se dimensões da ofensiva ruralista aos territórios indígenas. Posteriormente, destaca-se a importância dos processos de recuperação territorial na América Latina e no Brasil face às ofensivas do Estado e Capital, chamando a atenção para as retomadas em Mato Grosso do Sul.

Caminhos metodológicos

Mediante a abordagem qualitativa articulou-se a revisão crítica da literatura com entrevistas semiestruturadas e, adicionalmente, adotou-se a análise espaço-temporal para compreender as mudanças no uso do solo entre os anos de 1985 e 2022. Este é um tipo de abordagem integrada que permite uma compreensão mais holística e ao mesmo tempo sistêmica das dinâmicas territoriais e socioambientais nos conflitos agrários, compreendendo as particularidades e a análise dos processos por intermédio de conexões possíveis na perspectiva da totalidade.

Nessa perspectiva, as pesquisadoras Amorozo e Viertler (2010) enfatizam que não somente o resultado final é relevante, mas também todo o conjunto de procedimentos que conduzem ao propósito de estudo. A revisão crítica da literatura fundamenta-se na condução de estudos sobre uma gama de pesquisas avaliadas e examinadas de modo crítico, buscando identificar os elementos mais relevantes para os objetivos e o problema da pesquisa em questão.

Na visão da síntese, é sobretudo, narrativa e conceitual, enquanto na ótica da análise, busca verificar a contribuição conceitual para integrar a teoria já existente ou criar novas teorias (GRANT e BOOTH, 2009). A investigação bibliográfica se configura como uma ferramenta que permite à pesquisadora um contato direto e um compromisso de leitura crítica de uma variedade de obras, estudos e documentos que abordem o tema em questão (OLIVEIRA, 2016).

No caso deste estudo, foi conduzida uma pesquisa de literatura e em seguida foi feita uma análise crítica direcionada pelo problema de pesquisa, especialmente considerando a ofensiva do agronegócio, as diferentes facetas da violência estatal-empresarial contra os territórios indígenas – ou ainda os espectros da violência multidimensional – e os processos de resistência por intermédio das retomadas e recuperações territoriais indígenas.

No que se refere à entrevista, as autoras Minayo e Costa (2018), apontam que é a técnica mais utilizada na pesquisa qualitativa empírica, representando uma forma de comunicação verbal e um método para a construção de conhecimento entre diferentes sujeitos sobre temas específicos. Realizada em forma de diálogo entre duas pessoas ou entre múltiplos interlocutores e interlocutoras, é movimentada a partir de um/a entrevistador/a para o compartilhamento de situações e informações que envolvem o tema em estudo.

Este método é considerado um meio importante de interação na investigação social, pois reflete as dinâmicas presentes na sociedade ou grupo social (MINAYO e COSTA, 2018, p. 13). A entrevista semiestruturada, que combina um roteiro com questões previamente formuladas e outras abertas, proporciona à entrevistadora e ao entrevistador maior controle sobre os aspectos que deseja investigar no campo de estudo, enquanto permite uma reflexão aberta aos interlocutores e interlocutoras para os temas que mais lhes interessem abordar.

Na análise espaço-temporal da dinâmica de uso e cobertura do solo em Mato Grosso do Sul, foram empregadas técnicas de geoprocessamento através do Sistema de Informação Geográfica (SIG) utilizando o *software* QGIS 3.28. Os dados foram adquiridos na plataforma MapBiomas em formato *raster*, sendo posteriormente convertidos para o formato vetor. A plataforma consiste em uma rede colaborativa envolvendo especialistas que utilizam técnicas de sensoriamento remoto e SIG em pesquisas realizadas em diversos campos que envolvem estudos sobre os biomas, processo de monitoramento do desmatamento e as transformações no uso e cobertura do solo.

A construção e a análise do mapeamento permitem um diagnóstico do uso do solo na área de foco do trabalho em distintos períodos. A Coleção utilizada foi a 8.0 que abrange dados dos anos de 1985 a 2022 e a partir da coleção foram exportados dados a fim de investigar as mudanças agrárias nos anos de 1985 e 2022 com imagens da área de estudo. A análise considerou as implicações socioambientais decorrentes dessas mudanças, sobretudo a partir da reflexão sobre como se materializam esses impactos nas Terras Indígenas.

Dinâmicas da financeirização e as marcas das ruínas produzidas pelo agronegócio

Sob a dimensão histórico-espacial a década de 1970 marca o avanço da agência financeira conduzida pela desregulamentação do mercado que provocou maior ocorrência da atuação de agentes especulativos em diferentes setores político-econômico. A ascensão de um regime de acumulação dominado pelas finanças (CHESNAIS, 2005) tem sido qualificado pelo aprofundamento da submissão do sistema econômico às demandas da acumulação (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2019).

Para Harvey (2004) há três aspectos importantes de serem destacados nesse processo dominado pelas finanças. Inicialmente, os limites do regime de acumulação fordista que resultaram na restauração do poder de classe das elites e estiveram fundamentados em inovações tecnológicas, mudanças organizacionais na produção e no trabalho industrial, assim como na ascensão da esfera financeira. Em segundo lugar, a acumulação capitalista se tornou mais instável e volátil, aumentando a frequência de crises de sobreacumulação que desencadeou um conjunto de ajustes espaço-temporais e o avanço da acumulação por espoliação. Houve a legitimação dessas dinâmicas por meio do reforço ideológico, promovendo comportamentos e imaginários fundamentados em narrativas do neoliberalismo e da globalização (MICHELOTTI e SIQUEIRA, 2019).

A dominação financeira tornou-se a principal resposta para o crescente desafio de manter uma taxa de acumulação ampliada, considerada necessária para a reprodução do sistema. Contudo, o fluxo financeiro resulta na geração de um excedente significativo de capital fictício, impelindo a criação de novos espaços para investimentos lucrativos. Sob essa perspectiva, observa-se a ressurgência de antigos mecanismos de acumulação primitiva, com novos dispositivos, que vão desde a biopirataria até o acirramento das privatizações e expropriações, direcionadas à financeirização da terra e de bens comuns. A aliança de poderes corporativos, denominados por Harvey (2004) de "novo imperialismo", engloba a utilização de diversos instrumentos e mecanismos de poder para assegurar o controle de territórios e de bens comuns.

A análise de Harvey (2004) sobre as dimensões do novo imperialismo em Abya Yala remonta a uma abordagem crítica que nos permite refletir sobre como o poder se manifesta na região. Como aponta

o autor, esse fenômeno representa um *modus operandi* de ampliação de estratégias e de práticas historicamente relacionadas ao imperialismo, ao controle territorial e à rota de saque de riquezas naturais, utilizando instrumentos como privatizações, extrações de bens coletivos por intermédio da acumulação por espoliação.

Uma revisão geral do papel permanente e da persistência de práticas depredatórias de acumulação “primitiva” ou “originária” ao longo da geografia histórica da acumulação de capital é muito pertinente, tal como o assinalaram recentemente muitos analistas. Dado que denominar “primitivo” ou “originário” um processo em curso parece equivocado, daqui em diante vou substituir estes termos pelo conceito de “acumulação por espoliação. (...) A acumulação por espoliação pode ocorrer de diversos modos e seu *modus operandi* tem muito de contingente e casual (HARVEY, 2004, p. 109 - 111)

Para Sassen (2016) esse contexto pode ainda ser compreendido sob a perspectiva de um sistema de expulsão ao destacar a investigação do avanço das dinâmicas de financeirização e do que denomina como *land grabbing* (apropriação de terra), destacando os processos de espoliação e de deslocamentos forçados, o aprofundamento das desigualdades de renda e a pilhagem de bens comuns. Essas abordagens de diversas autoras e autores evidenciam o conjunto de perspectivas teórico-metodológicas e políticas que possibilitam a reflexão crítica sobre as dimensões das implicações do saque e dos conflitos sociais, territoriais e ambientais conduzidos pela expansão do poder corporativo e do novo imperialismo na ascensão da financeirização no campo.

A partir dos anos 2000 o fenômeno do extrativismo ganha um lugar central nas discussões sobre a financeirização da terra, a expropriação e o saque de bens comuns nos territórios de Abya Yala. A autora Maristela Svampa (2019) destaca em suas análises o período marcado pela retomada intensiva das atividades extrativistas, impulsionada pelo aumento da demanda global por *commodities* e pela elevação dos preços desses recursos. Esse modelo se fundamenta no aprofundamento da intensificação da divisão territorial do trabalho e na expansão de uma base exploratória-extrativo-exportadora fundamentada nas *commodities* como ativos financeiros. O extrativismo abrange produtos como a soja, a cana-de-açúcar, o dendê, o milho, entre outros monocultivo, além de minérios, hidrocarbonetos e seus derivados, bem como os megaprojetos a eles atrelados.

Nesse cenário, há a inserção de fluxos estáveis de circulação de mercadorias a serem pilhadas nos circuitos (nacionais e mundiais) de acumulação, o que requer uma vasta infraestrutura de energia, de transporte, rodovia, ferrovia, comunicação que se articulam em uma cadeia de dominação territorial. Há ainda a expansão da dinâmica de ajustes espaciais de acordo com as imposições das demandas que visam a acumulação, efetuando a instalação de zonas extrativas, zonas de

processamento de matérias primas e zonas logísticas (MORENO, 2019; MALHEIRO, 2023).

A expansão do extrativismo foi respaldada por políticas governamentais e mecanismos legais que ampararam a expropriação, a violência, o controle de territórios e a exploração de riquezas naturais. Essas políticas amparadas e mascaradas por discursos de crescimento econômico, ampliou investimentos públicos e estrangeiros que instituíram a intensificação dos ataques sistemáticos sobre as Terras Indígenas.

Dinâmicas geopolíticas denominada como “guinada ao sul” orientada, sobretudo, pelos movimentos dos BRICS e de projetos como o a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), intensificaram as pressões pelo mercado de terras e acentuaram os conflitos e a violência no campo. A “questão agrária”, a terra, em vista disso, é uma questão chave (SAUER et al., 2021).

A nova ofensiva do extrativismo em Abya Yala, com um enfoque particular à experiência brasileira, representa um fenômeno que reconfigurou não somente a esfera econômica, mas também a política, transformando as exportações de *commodities* agrícolas e minerais em pilares e em motor do comércio exterior do país. Esta mudança não se restringe a uma dimensão de mera estratégia de governos, mas adquire contornos político-econômicos comandados pelas dinâmicas globais do capital, acarretando profundas consequências socioeconômicas e ambientais que afetam diversos povos e setores da sociedade brasileira.

Paralelamente, foi observado um rápido processo de financeirização tanto das terras quanto da agricultura, o que situa as *commodities* e a terra como alvos privilegiados de investimentos especulativos, ocasionando alterações significativas na questão agrária do país impulsionando o poder rentista e a concentração de terra e riqueza. Este cenário de transformações na questão agrária demanda uma análise minuciosa das dimensões socioeconômicas, políticas e ambientais, mas por ora destacamos a significância da atuação do Estado por meio de dispositivos políticos que amparam a ofensiva ruralista e como agente da violência contra os povos indígenas. Um Estado que instituiu um conjunto de políticas fundamentadas em subsídios e créditos públicos para a expansão de monoculturas como soja, cana-de-açúcar e milho, definindo novos rumos para o panorama agrário do país, ao mesmo tempo em que financiou mecanismos bélicos e dispositivos de violações sistemáticas no campo contra as lutas indígenas por terra e território.

Essas transformações tornaram o agronegócio uma oportunidade para diversos agentes do mercado financeiro, gerando mecanismos de captação de recursos privados, de modo que a terra se torna um elemento crucial. E a legislação brasileira reforça essa tendência à medida em que abre margem para beneficiar e amparar as demandas do setor ruralista (DELGADO, 2021).

Essa ofensiva provocou uma pressão crescente no mercado de terras, afetando não somente áreas designadas para preservação ambiental, mas sobretudo os territórios ancestrais de povos originários,

especialmente nos biomas da Mata Atlântica, da Amazônia e do Cerrado. O resultado desse processo foi a intensificação de expropriação, conflitos territoriais e de pilhagem socioambiental, denunciado pelos povos tanto nas lutas nas bases comunitárias em seus territórios, quanto em escala nacional e internacional nas resistências e alianças em defesa da vida.

É preciso recordar do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma das faces da política colaboracionista de governos da esquerda institucional que priorizaram as *commodities* e os grandes empreendimentos em detrimento de demarcações de Terras Indígenas e de transformações radicais na estrutura fundiária, repedindo procedimentos e projetos de governos anteriores, diga-se de passagem, repetindo, inclusive, projetos da ditadura. O programa retomou projetos enunciados e idealizados durante a ditadura empresarial-militar, os quais foram muito criticados por seus profundos impactos socioambientais em diversas regiões e para diversos povos. Entre eles está Belo Monte cujo funcionamento se estabelece em 2016 e que inundou centenas de quilômetros quadrados no Vale do Xingu, expropriando povos e aprofundando o contexto de precarização a reprodução da vida, além das dezenas de outros empreendimentos nas bacias dos rios Tocantins e Tapajós (LASCHEFSKI e ZHOURI, 2019).

Conforme apontam Mizusaki e Souza (2020) em diálogo com Delgado (2012), o cenário em questão evidencia um pacto instituído no âmbito do poder corporativo que abrange o agronegócio, revelando a inserção das terras no mercado de *commodities* por meio da expansão horizontal das monoculturas em hectares. Essa dinâmica territorial reflete uma estratégia de poder, notadamente na integração da terra ao capital financeiro. Este processo desencadeou o avanço de políticas que visam propiciar, entre outras questões, uma reorganização no controle territorial, abrangendo tanto as terras quanto os bens comuns. Essa reorganização demanda a articulação de mecanismos que buscam modificar a legislação de proteção ambiental e territorial e que acarretam pressões e ataques sistemáticos sobre as Terras Indígenas.

A acumulação rentista praticada pelos políticos ruralistas, evidentemente produz e reproduz a face da violência e do conflito (...), o latifúndio tem no seu constructo histórico a dimensão do conflito e das disputas (...). A geopolítica ruralista em curso tem na sua concepção a expansão das propriedades pelo território com as mesmas dimensões do atraso e do conflito que culmina em enfrentamentos diretos ou indiretos e disputas por terras com a classe camponesa (...) envolve também disputas por porções dos territórios das comunidades indígenas e quilombolas, e a expansão de áreas para o agronegócio e todas as questões socioterritoriais ligadas a este modo de produzir na agricultura (COSTA, 2012, p.252).

Neste contexto, no âmbito do Congresso Nacional são articulados a implementação de dispositivos legais expropriatórios, representados

por projetos de lei (PL) conduzidos por parlamentares, como é o caso do denominado "pacote da destruição". São propostas legislativas que atuam de modo contínuo impulsionando projetos de grilagem, de licenciamento ambiental para grandes empreendimentos, o avanço de agrotóxicos e amparo à mineração.

Tais iniciativas refletem os interesses corporativos empresariais e ruralistas no Congresso Nacional, particularmente por intermédio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), que contam com apoio financeiro de setores empresariais e lobistas em escala internacional e evidenciam o âmbito colaboracionista dos governos. O agronegócio rapidamente consolidou o poder corporativo em sindicatos rurais que intensificaram manifestações públicas de grandes proprietários de terra respaldados por todo um aparato de assessoria de imprensa. Nessa dinâmica, estabeleceram uma prática constante de discurso de guerra aberta mobilizada e ganhado novos contornos, de modo mais sistemático, pela incidência política enquanto "bancada ruralista" (FPA) (MORAIS, 2017).

Um ponto relevante a ser destacado é que a FPA recebe contribuições diretas de invasores de terras. Dados levantados por dossiês construídos pelas pesquisas do 'De olho nos ruralistas' revelam que 18 membros da frente parlamentar obtiveram um montante total de R\$ 3,6 milhões em doações de campanha provenientes de fazendeiros envolvidos em disputas territoriais em Terras Indígenas (CASTILHO et al., 2023). É nesse contexto que também se insere o Marco Temporal, uma tese (inconstitucional) que muita interessa aos ruralistas, fundada na perspectiva de que o direito dos povos originários estaria condicionado à ocupação dos territórios na ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse discurso compõe um projeto político que visa inviabilizar as demarcações de Terras Indígenas e, normalizar a legitimação do processo de expropriação e pilhagem contra as vidas e os territórios indígenas.

No primeiro semestre de 2023 o Projeto de Lei 490/07 que converte em lei o marco temporal, foi aprovado pela Câmara dos Deputados com 283 votos a favor e 155 votos contra. Seguida da aprovação na Câmara foi encaminhada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e foi aprovada por 16 votos favoráveis e 10 contrários. O PL seguiu para votação no Senado Federal, naquela ocasião denominada como PL 2903/2023 em regime de urgência e no mesmo dia foi aprovado por 43 votos favoráveis e 21 contrários. A discussão contraria a decisão do STF que após uma longa discussão, reconheceu a tese como inconstitucional em um placar de 9 votos contra, entre eles votos do relator Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e Rosa Weber (presidente na ocasião). E dois votos favoráveis, de André Mendonça e Kassio Nunes Marques.

O presidente do Partido dos Trabalhadores Luiz Inácio Lula da Silva optou pelo veto parcial do Projeto de Lei em outubro, evidenciando a face colaboracionista da esquerda institucional com o ruralismo, quanto poderia/deveria vetar por completo. Os vetos em seguida foram

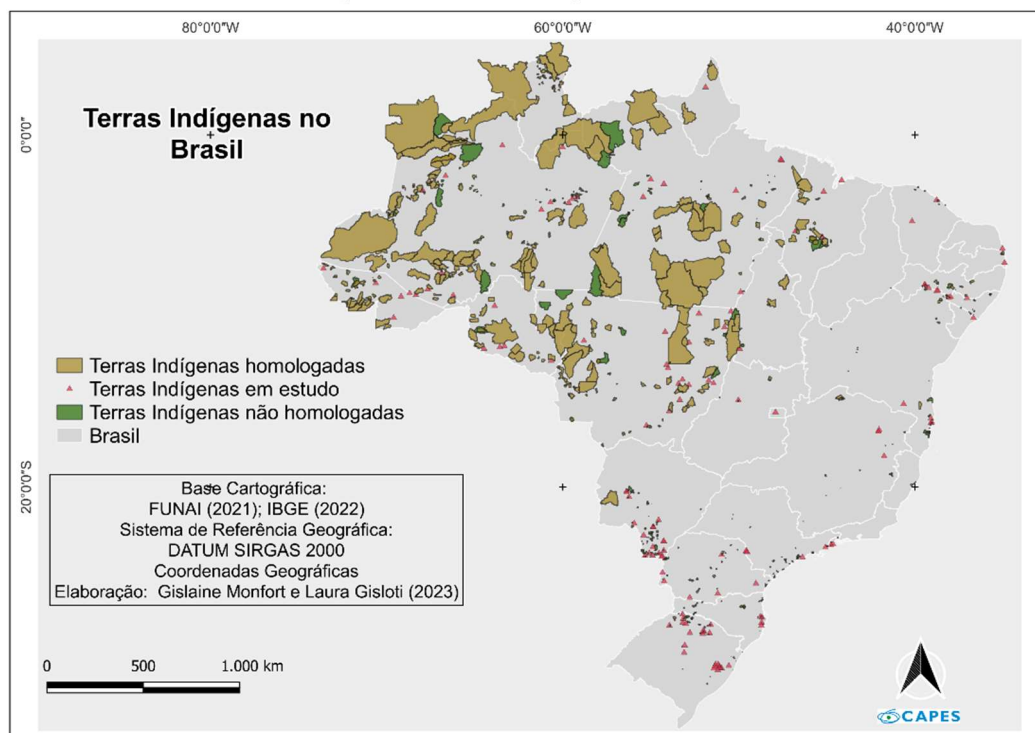
derrubados pelo Congresso. Nesse ínterim, nos últimos dias para o encerramento do ano de 2023, o atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, promulgou a lei que determina a tese do marco temporal, a Lei 14.701/23. A discussão deve seguir para o processo de judicialização, o que aprofunda as violações aos povos originários pela morosidade da proteção territorial que deve intensificar a violência e os ataques sistemáticos em seus territórios.

A conjuntura evidencia um cenário complexo e controverso no âmbito político, suscitando as evidências da urgência quanto à proteção dos direitos territoriais e ambientais dos povos originários diante das estratégias empresariais de ataques contra a demarcação e a proteção ambiental. As novas estratégias empresariais deslocam o foco principal da economia agrária da produção para as atividades financeiras, dinâmica que intensifica o processo de estrangeirização das terras, onde parte significativa de áreas está sob o controle e domínio de capital estrangeiro, inclusive aquele associado aos fundos de pensão (DELGADO e LEITE, 2022).

É necessário compreender, portanto, o Estado como agente de contra insurgência, caracterizando-se pelo apoio irrestrito à repressão e à ascensão de forças policiais e de amplos processos de militarização visando o controle territorial. O Estado de contra insurgência é o Estado corporativo independentemente das formas anunciadas por esse Estado e de seus regimes políticos (FERREIRA, 2019). A continuidade das dinâmicas de superexploração e extração só pode se manter pela composição de mecanismos legais que corroboram com processos ilegais instituindo formas de levar ao terreno da legalidade o roubo, a fraude e o saque (MALHEIRO, 2023). O Estado aparece aí como agente que organiza áreas de saque para a ofensiva territorial do capital (SASSEN, 2016; PEREIRA, 2019).

A violência e a pilhagem, nesse contexto, exercem uma função enquanto mecanismo de poder e como estratégia de contra insurgência muito bem articulada por agentes estatais e privados. Como violência estrutural, estabelece um ordenamento constante da desigualdade e a continuidade de ataques sistemáticos. Esse ordenamento é conduzido com o respaldo de dispositivos legais-institucionais como meios de força coercitiva instituídos enquanto ordem social que amplia o estado de exceção. O fenômeno do estado de exceção é uma tecnologia de repressão e violência de Estado (MARTÍN-BARÓ, 1986; AGAMBEN, 2014).

A pilhagem se reflete tanto no contexto de precarização da vida e da expropriação quanto no processo de expansão das zonas de exceção. Em uma pesquisa realizada pelo observatório “De Olho nos Ruralistas” realizou-se o cruzamento de um conjunto de dados fundiários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) por meio do qual foi identificado 1.692 sobreposições de fazendas em Terras Indígenas no Brasil. Os dados evidenciam como as sobreposições configuram 1,18 milhão de hectares em que 95,5% são territórios pendentes de demarcação (CASTILHO et al., 2023). Abaixo compartilhamos um mapa das Terras Indígenas no país (Mapa 1.).

Mapa 1 – Terras Indígenas no Brasil

Fonte: Elaboração própria (2023)

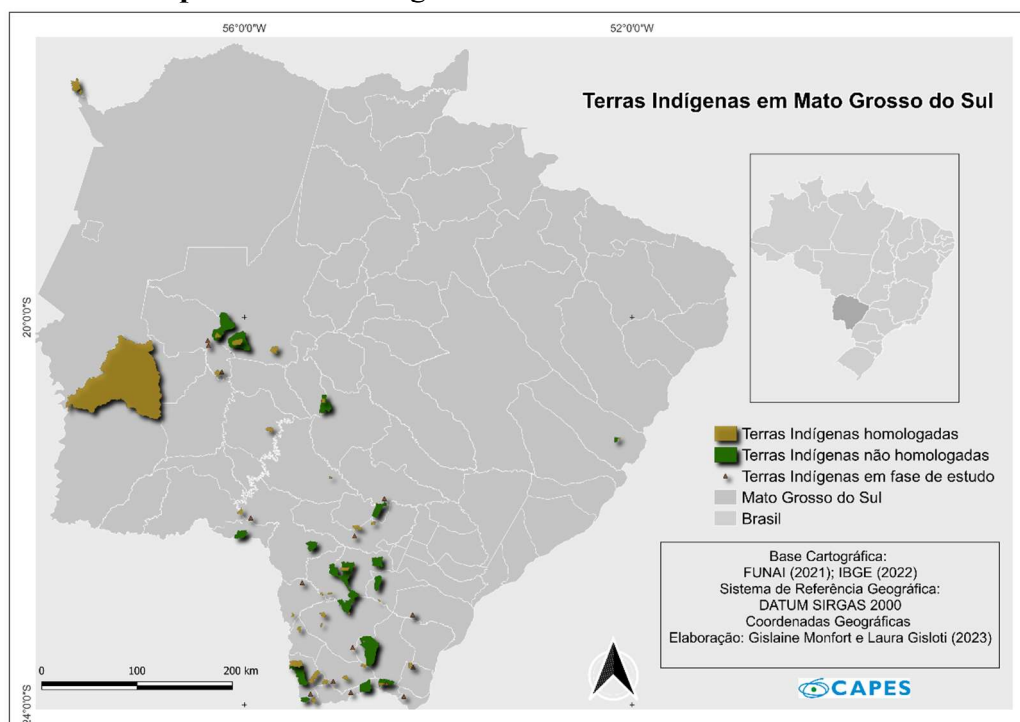
De acordo com os dados levantados e analisados pelo dossiê, 42% estão nas mãos de clãs políticos (nacionais e regionais) que centralizam, conjuntamente, 96 mil hectares com sobreposições em Terras Indígenas. As áreas poderiam ser pensadas a partir do exemplo de que correspondem aproximadamente às áreas urbanas de Rio de Janeiro e de Belo Horizonte (CASTILHO et al., 2023)

O dossiê demonstra ainda quais são os setores predominantes nas sobreposições aos territórios indígenas. Estão entre eles os setores de grãos, fruticultura, madeira, açúcar, carne e etanol. Nesse cenário, bancos e fundos de investimento são agentes econômicos que respaldam os ataques constantes contra as Terras Indígenas por meio de recursos que os mantêm em expansão, além dos setores multinacionais relacionados a fazendas incidentes nas T.I. como a Bunge, Lactalis, Cosan (que juntamente a petroleira anglo-holandesa Shell controla a maior produtora de açúcar e etanol do mundo – a Raízen), Bom Futuro, Amaggi, Ducoco e Nichio (CASTILHO et al., 2023). A conjuntura revela como o capital global lucra com as violações e a guerra permanente sobre os territórios indígenas.

Com uma das distribuições de terra mais desiguais do país, o estado de Mato Grosso do Sul apresenta mais de 90% de suas terras sob propriedade privada, muitas delas pertencentes a um conjunto de proprietários, políticos e empresas que se encontram sobrepostas às Terras Indígenas. O estado possui uma alta concentração de conflitos agrários, superexploração do trabalho e um *modus operandi* de violações aos povos originários. As Terras Indígenas se encontram em diferentes fases do processo de demarcação e o estado corresponde a terceira maior

população indígena do país. O mapa abaixo (Mapa 2) demonstra a localização das Terras Indígenas em Mato Grosso do Sul.

Mapa 2 – Terras Indígenas no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Elaboração própria (2023)

Dentre os povos da região estão os Guarani Nhandeva (autodenominados como Guarani ou Ava Guarani) e os Kaiowá (autodenominados ka'aguy ygua ou ka'aguy rehegua – povo da floresta); os Terena e Kinikinau; os Kadiwéu; os Ofaié (Ofaié-xavante) e Guató; os Chamacoco e Ayoreo; além dos Atikum e Camba (CHAMORRO e COMBÊS, 2015) que juntos formam a terceira maior população indígena do Brasil, com aproximadamente 116.346 mil pessoas, correspondendo a cerca de 4,22% da população pelos dados do Censo Demográfico 2022. Os povos Guarani e Kaiowá, em conjunto, totalizam uma população superior a 50.000 pessoas, cujas áreas territoriais abrangem extensivamente o sul de Mato Grosso do Sul. Todos esses povos têm enfrentado, em maior ou menor intensidade, os intensos processos de pilhagem socioambiental e de expropriação de seus territórios na guerra permanente conduzida pelo Estado e pela ofensiva ruralista.

O estado detém uma das maiores desigualdades na distribuição de terras, com grandes propriedades (> 1.000 ha) compondo 83% da área. Como contrapartida, as pequenas propriedades (< 50 ha) abarcam somente 4% da área (SANTOS et al., 2020; CASTILHO et al., 2023). Parte dos territórios ocupados pelos povos Kaiowá, Guarani e Terena são reservas indígenas instituídas pela política integracionista do Estado brasileiro no início do século XX por intermédio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Entre o período de 1950 e 1960 as monoculturas de trigo, algodão e cana-de-açúcar se expandiram na porção que atualmente corresponde

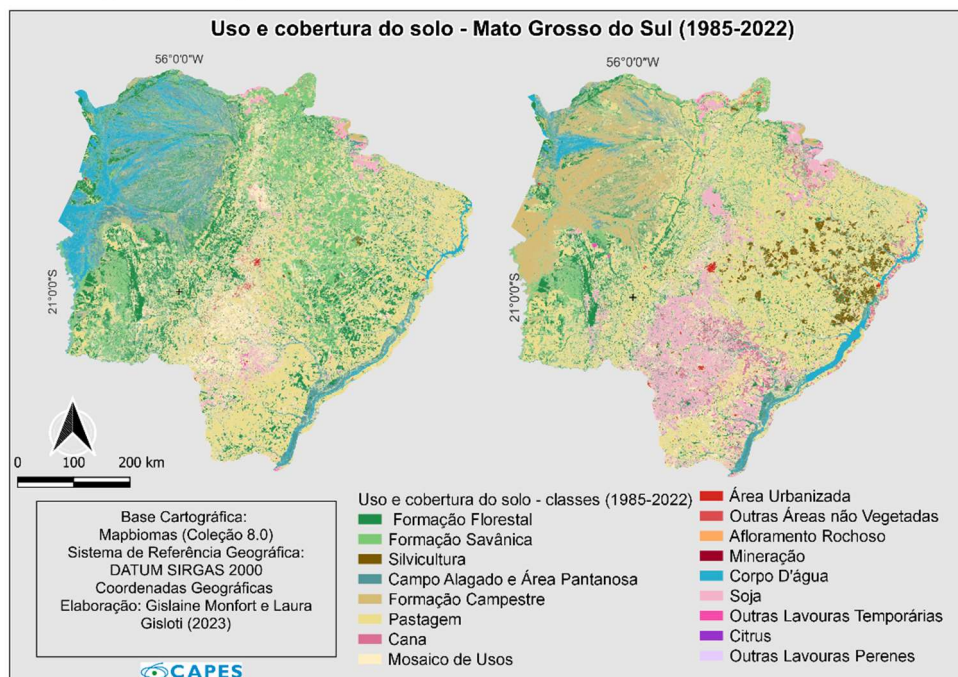
ao estado de Mato Grosso do Sul – antigo Mato Grosso. Nos anos de 1960 e, principalmente impulsionados pelas políticas do Programa Nacional do Alcool (PróAlcool) durante as décadas de 1980 e 1990, a monocultura de cana-de-açúcar é vastamente estendida, cercando as reservas indígenas e consumindo extensas áreas de terra.

Desde então, catorze usinas de cana-de-açúcar se instalaram na região da Grande Dourados. O Conselho Indigenista Missionário estima que, nessa época, oito mil trabalhadores indígenas eram mobilizados, todos os anos, para a colheita. [...]. Uma publicação do Cimi nota que o pico nas taxas de suicídio no ano de 1990 coincide com uma quebra de continuidade das políticas de apoio da Funai, o que levou a uma saída em massa das reservas para o trabalho nos canaviais (MORAIS, 2017, p. 105-106).

Entre as décadas de 1960 e 1970, período em que a pecuária predominava, inicia-se o avanço da monocultura extensiva com a produção de soja, que começou a ser cultivada em grande escala nos anos 1970 impulsionada por incentivos de programas e projetos públicos que promoveram a agroindustrialização. O contexto aprofundou a pilhagem socioambiental que já era uma realidade desde a derrubada massiva da Mata atlântica no sul do estado nas décadas da primeira metade do século XX.

Concomitantemente, por razões interligadas aos grãos e sua utilização na alimentação de animais, intensificaram-se os complexos agroindustriais com a presença de empresas como a Sadia e a Doux, atual BR-Food e a reestruturação da avicultura mobilizada pela dimensão industrial (MIZUSAKI, 2009; DUBOS-RAOUL, 2023). No decurso dos anos 1980 presencia-se a expansão das usinas de etanol, o que intensifica as relações de superexploração do trabalho, pilhagem e expropriação.

No século XXI, nas últimas décadas, o estado presenciou o aprofundamento da atuação de empresas nacionais e transnacionais na lógica de financeirização da terra e da agricultura com diferentes agentes estatais e empresariais no controle dos territórios, intensificando a guerra permanente, o massacre e o genocídio contra os povos indígenas. O mapa a seguir (Mapa 3.) evidencia as intensas mudanças no uso e cobertura do solo no estado que culmina na intensificação dos conflitos agrários e na violência sistemática contra os territórios indígenas.

Mapa 3 – Mapa de uso e cobertura do solo em Mato Grosso do Sul

Fonte: Elaboração própria (2023)

Em meio ao cenário atual do governo do Partido dos Trabalhadores e da ampla coalizão em que está inserida com diversos setores políticos e partidários, ganha força novamente o que Castilho (2012) denominou de “esquerda latifundiária”, que tem ampliado mais uma vez a repetição de erros históricos. Vemos o avanço de projetos como o “Novo PAC” articulado na aliança entre agentes empresariais-privados, o Estado e os municípios, com investimentos que passam de um trilhão de reais (1,7 trilhão de R\$) e se estendem a todos os estados do país (BRASIL, 2023).

Há recursos disponibilizados diretamente para o agronegócio com grandes investimentos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e recursos que visam ampliações de infraestrutura para transporte e escoamento de *commodities*. Segue em curso, ainda, a renovação da licença da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e de projetos que objetivam a exploração petrolífera no rio Amazonas que ampliam as dinâmicas de pilhagem e as zonas de exceção.

Usinas Hidrelétricas (UHE) na Amazônia, como as mais de 23 mil pessoas desalojadas pela UHE de Tucuruí, as mais de 10 mil famílias desalojadas pela UHE de Belo Monte, as cerca de 10 mil famílias desalojadas pelo Complexo Hidrelétrico do Madeira, por meio das UHE de Santo Antônio e Jirau, para ficarmos só com três exemplos (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES e MICHELOTTI, 2021, p.41)

Nesse contexto, ganham espaço outros projetos como a Nova Ferroeste ou Malha Oeste de Exportação, que visa interligar por trilhos os estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina, o corredor

ferroviário visa conectar o município de Maracaju (Mato Grosso do Sul) ao Porto de Paranaguá (Paraná) e ainda se estenderá em conexão com dois ramais em Chapecó, em Santa Catarina e Foz do Iguaçu, na tríplice fronteira do Brasil com o Paraguai e a Argentina.

O empreendimento constituirá o segundo maior corredor de exportação de grãos e contêineres por volume de carga no Brasil e afetará diretamente territórios indígenas, quilombolas e de camponeses, bem como diferentes corredores ecológicos, evidenciando as dimensões de aprofundamento das zonas de exceção com aumento da violência contra os povos e o acirramento dos conflitos agrários e da pilhagem socioambiental.

Figura 1 – Traçado do empreendimento ‘Nova Ferroeste’/Corredor Oeste de Exportação



Fonte: governo do Paraná (2023)

O Corredor Oeste de Exportação faz parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal. Nesse contexto também se inclui a Ferrogrão – EF 170 - que compreende o segmento ferroviário que visa conectar os municípios de Sinop em Mato Grosso e Itaituba no estado do Pará, no distrito portuário do Tapajós, rota através da qual a produção do centro-norte de Mato Grosso é escoada pela hidrovía do baixo Tapajós aos portos de Santarém e Barcarena no Pará. O trecho abrange aproximadamente 933 km de extensão e capacidade de transporte e circulação de até 52 milhões de toneladas de *commodities* agrícolas ao ano.

O projeto objetiva robustecer o novo corredor ferroviário de exportação do país pelo Arco Norte, visando conectar estados produtores de grãos no Centro-Oeste ao Norte consolidando-se pela EF-170 e a rodovia BR-163, estabelecendo uma nova rota para a exportação de grãos. Como apontado pela plataforma rede Xingu+ a Ferrogrão engloba o ‘Corredor Logístico de Exportação do Interflúvio Tapajós-Xingu’, que abrange uma série de empreendimentos de infraestrutura de transportes que tem como objetivo efetivar o escoamento das regiões produtoras de grãos aos portos do Arco Norte.

O empreendimento, que envolve o interesse de grandes empresas transnacionais tal como a Cargill, é considerado como um projeto prioritário do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) do governo federal. O megaprojeto ameaça sistematicamente as Terras Indígenas, vida dos povos, territórios quilombolas, áreas protegidas e toda a floresta amazônica, além de violar a autonomia de povos originários e o direito à consulta prévia, livre e informada. O projeto tem sido denunciado por povos originários e outros movimentos territoriais como ‘trilhos da destruição’.

Figura 2 – Corredor do empreendimento Ferrogrão

Figura 1 - Mapa de situação do empreendimento



Fonte: Apresentação Audiência Pública nº 014/2017 – Sessão Presencial de Brasília/DF.

Fonte: Governo Federal (2023)

O capitalismo é um modo de produção embasado em uma forma de representar o mundo por meio da racionalidade predatória, da destruição e das ruínas, é uma forma de política de morte e de precarização da vida. Constitui-se como sistema de produção de esquecimento e ruína, uma forma “de produzir normalidades absurdas, um modo de produzir racismo e patriarcado como lógicas estruturais de organização social, um modo de produzir guerras contra a vida” (MALHEIRO, 2023, p. 155)

A compreensão da articulação entre o Estado, as dinâmicas do capital global e a ofensiva do agronegócio, como produtores de esquecimento, de guerras permanentes e de ruínas, nos possibilita um debate sobre as linhas de força que caracterizam a contra-insurgência estatal, as engrenagens do capital e suas implicações socioeconômicas, políticas, territoriais e ambientais sobre as resistências que emergem desse processo. Também contribui para a análise dos processos socioambientais no campo conflitivo da ontologia política e permite a compreensão de como se institui o encontro antagônico do regime de racionalidade do capital e o plano de imanência da vida (LEFF, 2023; MALHEIRO, 2023).

Nesse sentido, na discussão a seguir, construímos uma leitura retomando debates sobre as dinâmicas da guerra e da resistência, enfatizando as autonomias na América Latina e os horizontes apontados pelos avanços de processos de retomadas, autodemarcações e monitoramento/controlado territorial como modos de romper os cercos instituídos pelo Estado e pelo Capital e como formas de fortalecer fissuras em defesa da vida.

Rompendo os cercos das zonas de exceção: recuperações territoriais frente às paisagens do desterro

Somar forças ao sentimento crítico anti-capital (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 12).

As ofensivas do agronegócio e de outras fronteiras do extrativismo tem estabelecido um contexto de ataques sistemáticos contra todas as esferas da reprodução da vida. O extrativismo implica um poder corporativo que instala o controle sobre os territórios e sobre os corpos por meio do qual as novas tecnologias de destruição estão menos preocupadas com inscrição de corpos em aparatos disciplinares do que em estabelecê-los, no momento conveniente, na ordem da economia máxima, representada pelo massacre e pelo genocídio (MBEMBE, 2018).

Para Mbembe (2018) a característica mais original do estabelecimento do terrorismo é a concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio, em que a dimensão da raça – enfatizamos também a dimensão do território – é crucial para esse encadeamento que se organiza em um conjunto de relações sociais e espaciais. A inscrição de novas relações espaciais (ou ainda de territorialização) desencadeou a produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; um contexto de classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias; uma ofensiva de extração de bens comuns e coletivos; e, a criação de amplos imaginários que se fundamentam em dimensões discursivas de soberania, ordem, violência e pilhagem (MBEMBE, 2018).

É sob essa perspectiva que Esteva (2020) argumenta sobre a necessidade de um debate crítico no século XXI quanto à agonia do que se costuma chamar convencionalmente de ‘Estado-nação democrático’. É necessário reconhecê-lo no espectro da forma política do capitalismo que se espalha sob diferentes faces de onda autoritária que já não necessita da fachada democrática para operar. Por isso, a importância de reconhecer sua dimensão de contra-insurgência.

Diante da guerra em curso e das ruínas, ao longo da última década muitos movimentos territoriais em Abya Yala têm fortalecido horizontes políticos para ‘além’ do Estado e anti-Estado, assumindo diferentes perspectivas de como a raiz de todo poder político legítimo só pode residir pela própria organização dos povos e essas iniciativas têm como origem as áreas da vida cotidiana e da reprodução da vida (ESTEVA, 2020).

De modo semelhante, Llaitul Carrillanca (2013) a partir da resistência e autonomia Mapuche, enfatiza a importância vital do pensamento e da ação dos atores dos processos em marcha que resistem nos territórios. Carrillanca, desde os horizontes de luta por libertação nacional, aponta como a CAM (Coordinadora Arauco-Malleco) tem impulsionado a radicalização política e a intensificação de ações autônomas desde o movimento mapuche, ações que estão enraizadas nos âmbitos do saber-fazer mapuche, tanto político, econômico, social e cultural. Sem embargo, como enfatiza, o maior aporte da CAM se fundamenta na ação eminentemente coletiva. Nesse sentido, evidencia como a liberação nacional mapuche, proclamados desde a CAM, significou irromper radicalmente a institucionalidade e o saber-fazer político do mundo *winka* (não indígena/ estrangeiro). E como a ação coletiva que expressa na luta concreta foi fortalecendo caminhos e expressões autônomas, onde os verdadeiros sujeitos, para a ação, são as comunidades e lideranças/autoridades tradicionais e espirituais.

Diversas experiências políticas ancestrais vêm fortalecendo perspectivas de autonomias vinculadas a uma série de processos de luta e resistências engendradas em diferentes contextos territoriais. Pimentel (2021) destaca, de forma muito significativa, dialogando com Carneiro da Cunha (2009) a partir do caso da apropriação do termo “cultura” pelos povos originários, que é preciso observar, também, que, muito para além do histórico das discussões e lutas socialistas e anarquistas a respeito da autonomia, os mais diversos povos em reivindicações em torno de autogestão, autodefesa e autodeterminação passaram a enunciar e a reconhecer-se, em muitos casos, como autonomias, criando seus próprios modelos e dinâmicas, construindo trajetórias tão diversas quanto seus modos de existência. São seculares as resistências indígenas na luta por autodeterminação, sendo a autonomia somente um dos tantos termos possíveis que emergem para nomear o que está sendo reivindicado pelos povos em seus processos de auto-organização (LÓPEZ BÁRCENAS, 2011).

É nesse contexto que ocorrem as insurreições de retomadas, autodemarcações e recuperações territoriais conduzidos por povos originários em Abya Yala. Emergem como ação direta contra o saque e a pilhagem e as zonas de exceção, como horizontes de vida face ao avanço da mercantilização da terra e dos bens comuns, como outros mundos em pé luta e horizontes radicais de resistência frente a destruição massiva do capital.

Para Crespo (2018), em diálogo com os contextos de luta em territórios mapuche, a retomada territorial poderia ser pensada enquanto um evento e como um processo. O evento de retornar ao território que anteriormente foi expropriado e o processo aberto, com temporalidades e dinâmicas próprias em que as memórias, as subjetividades e as relações reorganizam-se e ativam-se por meio de tramas e experiências de longo prazo. A antropóloga Narahara (2018), também em diálogo com os Mapuche, enfatiza o território não somente a partir das questões de conflito atreladas às petroleiras, mas aparece nas resistências em conjunto ao cosmos e à corporalidade. “Território também se refere a *waj mapu*, o cosmos como um todo, com seus vários planos para cima e para

baixo, conformados pela circulação das diferentes forças-*nuewen*". Llaitul Carrillanca (2013) vai além na crítica, destacando as recuperações territoriais como eixos centrais do pensamento estratégico, da elaboração política e dos processos e expressões da autonomia.

Es por eso que hemos afirmado que este proceso nos acerca más hacia posiciones indianistas y de lucha anticolonial, como las expresadas en el pensamiento indianista-katarista de Fausto Reinaga y Felipe Quispe en el mundo Aymara, que a los proyectos emancipatorios del Zapatismo u otros procesos inspirados en la izquierda. (...) La autonomía, para nuestra organización, es pensar y actuar desde criterios propios. Autonomía como independencia, autonomía como autoafirmación y autonomía como descolonización ideológica (...) Levantamos la alternativa de la recuperación de tierras ancestrales e históricas que legitiman la concepción de los derechos políticos-territoriales. Esta desobediencia se hace extensiva y asume mayor claridad al confrontar la institucionalidad estatal (CARRILLANCA, 2013, s.p)

Enfatizando, por fim, que a referência dos processos de luta e resistência é o próprio modo de vida dos povos originários, o que radicaliza a crítica à economia de mercado, às políticas de Estado, ao sistema econômico extrativista e depredatório. "Es por esto que nuestra lucha es Anti-capitalista y Anti-estatal a la vez (...) una política Anticapitalista, Anti-colonial, Anti-Oligárquica y Revolucionaria" (CARRILLANCA, 2013, s.p).

Em outra perspectiva, Pimentel (2021) enfatiza que apesar do fato da designação "autonomia" não ocupar um lugar de tanto destaque no contexto brasileiro como ocupa em países como o México em territórios Zapatistas, Argentina ou no Chile em territórios Mapuche, por exemplo, não quer dizer que não tenhamos experiências de autonomia de fato. Em estados como o Mato Grosso do Sul e a Bahia, entre outros lugares de norte a sul do país, as retomadas indígenas tem avançado e se fortalecido desde o final da década de 1970.

As recuperações territoriais ou ainda os processos de liberação dos territórios do controle do agronegócio – as retomadas, se constituem como importantes experiências de ações direta e organização política e cultural de povos como Kaiowá e Guarani, Terena, Pataxó, Tupinambá, Guarani Mbya, Kaingang, entre outros. Como aponta Pimentel (2012), uma das motivações vitais para a constituição das retomadas é, via de regra, a busca de autonomia e autogoverno, em contraposição ao projeto de tutela instituído pelos órgãos indigenistas estatais ao longo do século XX e em oposição à expropriação. Para além disso, entendemos ainda como processos de insurreição que emergem das ações coletivas e da força motriz da espiritualidade.

Nas margens devastadas da Mata Atlântica no sul de Mato Grosso do Sul, para os xamãs kaiowá e guarani, as retomadas, ou ainda essas autonomias, são espaços de fortalecimento existencial/espiritual

(Pimentel, 2012, 2018) que se refletem na luta incessante frente às paisagens do desterro. São espaços de criação e recriação dos povos, de reelaboração política desde suas próprias cosmopolíticas, onde as mulheres e jovens têm assumido também um lugar muito importante junto às lutas engendradas pela histórica resistência dos xamãs.

Em um diálogo com uma conselheira da Retomada Aty Jovem foi ressaltado:

Meu vô é a principal liderança viva como rezador, sabe da história e da importância da retomada deste lugar. O sonho dele é garantir este território como aldeia, fazer reconhecer que sempre foi aldeia e sempre será. Não importa como seja a luta. Mas a retomada é uma autonomia do povo indígena seja aonde for, mas não é qualquer lugar que retomamos. Essa honra aos nossos ancestrais é valorizar aquilo que sempre foi nosso território e estamos aqui como jovens nessa luta por cada território retomado, sabemos que é nosso. E sabemos que faz parte da nossa vida, do nosso passado, do nosso presente e é nosso futuro que estamos construindo novamente. É pela autonomia que temos feito isso, é pela autonomia que estamos aqui, com a importância de dizer que o Tekoha nos pertence e pertencerá sempre a nós! (Conselheira da Retomada Aty Jovem, informação verbal - 2021).

Outro companheiro da Retomada Aty Jovem destaca:

Na retomada nós jovens aprendemos muitas coisas, o principal é a sobrevivência do dia a dia, do nosso cotidiano, nós jovens na retomada sempre estamos na frente da luta, somos como guardiões, cuidando para não acontecer nada com o tekoha. No tekoha nós temos o nosso modo de ser, o que nós chamamos de Ñandereko. Ali aprendemos muitas coisas que nós kaioiwá tínhamos esquecido, como a importância da casa de reza que nós chamamos de ogusu ou ogapysy, a casa sagrada onde os espíritos chegam durante o nosso ritual, quando nós dançamos e cantamos. Esse é o nosso porto seguro na retomada, a ogapysy. Muitos jovens não conheciam e depois que vão para retomada, morar no território que nós chamamos de tekoha, os jovens aprendem essas coisas. Nas retomadas nós não voltamos apenas para retomar de novo o território, nós também retornamos de novo o nosso modo de ser, a cultura, língua, a crença, essas são coisas fortes na retomada e os jovens estão aprendendo isso. A retomada fortalece mais a espiritualidade que nos segura nas retomadas (Conselheiro da Retomada Aty Jovem, informação verbal, 2021).

São gerações que têm fortalecido os processos de luta junto aos rezadores e rezadoras de seu povo criando novas formas de auto-organização e autonomias em seus territórios por meio da atuação em conselhos próprios, através da música e de espaços culturais, mas também enquanto pesquisadoras e pesquisadores, por intermédio do audiovisual como ferramenta de mídia independente e contrainformação, e fundamentalmente como uma geração de guerreiras e guerreiros que estão somando forças à linha de frente das retomadas.

De acordo com o pesquisador kaíowá Eliel Benites (2021) a retomada está diretamente relacionada ao reavivamento da memória dos *jekoha* (sustentadores da memória), guardiães e guardiões da memória dos *tekoha* que outrora foram pilhados, saqueados e expropriados pelos não indígenas. Nesse sentido, as mulheres e a juventude têm impulsionado o reavivamento da memória diante das cicatrizes da paisagem do desterro.

Em outras margens, entre o Cerrado e o Pantanal, o povo Terena, tem fortalecido processos de organização e luta pela retomada do Poké'ixa ũti (nosso território) (FIALHO, 2019). Os Terena compõem a segunda maior população indígena em Mato Grosso do Sul e estão situados em territórios demarcados e retomados nas margens da Bacia do Alto Pantanal. Em um manifesto, o conselho do Povo Terena – Hánaiti Ho'únevo Têrenoe afirma:

Passamos pelo governo dito de esquerda, que se entregou ao capital; resistimos ao governo [...], que rifou nossos direitos ao agronegócio; e agora estamos prontos, para fazer a resistência [...], ante ao governo de extrema direita de Bolsonaro, anti indígena, racista e autoritário. [...] Povo Terena, Povo que se levanta! (Conselho do Povo Terena; APIB, 2019, p. 146).

Para o geógrafo Terena Fialho (2022) as retomadas são ações próprias dos povos originários engendradas por meio de ações autônomas de defesa e recuperação dos territórios ancestrais invadidos e expropriados, fazendo valer pela própria auto-organização seus direitos originários. Há nessa espiral de processos de retomada, a reelaboração étnico-cultural e política das experiências de resistência que se refazem constantemente através da memória, das narrativas de diferentes gerações e pelas ações do movimento indígena. O que se caracteriza por uma relação dialética entre poder e contrapoder – dominação e resistência – que se manifesta em termos espaciais com processos autonômicos de recuperação territorial (FERREIRA, 2018).

Entre o povo Munduruku na Terra Indígena Sawré Muybu, no oeste do Pará, assim como as experiências de luta de outros povos da região como os Borari, Tupinambá e Kumaruara, tem fortalecido importantes processos de autodemarcação. Ação que vai além de pressionar o governo, é um enfrentamento direto à política de aceleração do desenvolvimentismo; uma ação direta em defesa do território face à expropriação, ação que permite (e nos exige) “estender não só os nossos modos de pensar as T/terras, como a nossa noção de política”, é, nesse sentido e sobretudo, pela defesa da existência do coletivo como tal, que

se fortalece a resistência permanente em defesa de seu modo de vida indissociável da vida em sua terra (MOLINA, 2017, p. 05).

Entre o povo Ka'apor também insurgem diversas ações autônomas de proteção e defesa dos territórios. Como ressaltado na Carta do 3º Encontro de Governança e Autodefesa Ka'apor, as ações do Plano de Autodefesa e proteção coletiva, visam garantir a proteção do território face ao avanço das ruínas causadas pela mineração, pelo agronegócio, madeireiros e garimpeiros.

As áreas de proteção que temos criado são uma forma de defender nosso território. Elas são novas comunidades criadas nas rotas de invasão de madeireiros, caçadores e garimpeiros. São formas pacíficas de barrar a invasão. Com isso, a floresta se recupera e traz os animais de volta (Carta do 3º Encontro de Governança e Autodefesa Ka'apor: "Não à mineração e ao agronegócio em nossos territórios", s.p)

As experiências citadas e tantas outras semeadas em diferentes contextos como as ações de monitoramento territorial, tem contribuído para as reflexões sobre as lutas por terra e território e os processos de autonomia em diferentes escalas. São experiências que apontam um conjunto de possibilidades e de caminhos de fortalecimento da autonomia e um contexto de resistência permanente diante da ofensiva do Estado e das fronteiras do capital.

Em um sentido mais profundo, são as retomadas, autodemarcações, processos de recuperação territorial e ações de monitoramento que juntamente aos conhecimentos ancestrais e às memórias de cada povo, abrem margem para dinâmicas de recuperação e recomposição de terras arrasadas e amplamente degradadas, assim como impulsionam a força motriz em defesa da floresta em pé. São ainda experiências que rompem os cercos à medida que fortalecem fissuras em defesa da vida. Criar fissuras face às ruínas e à guerra, talvez seja um dos modos de criar "outros mundos possíveis" que as lutas por terra e território projetam a partir das resistências ancestrais.

Considerações finais

Há uma fronteira de saque e acumulação capitalista em ofensiva aos diversos territórios em uma rota de pilhagem contra os bens comuns engendrados por agentes estatais, empresarias e privados, que têm produzido inúmeras crises, como a alimentar, socioambiental, climática, econômica, política e energética.

Este artigo é fruto de reflexões coletivas e análises interdisciplinares, fruto de um trabalho mais amplo realizados pelas autoras, que buscam somar-se aos estudos que têm dedicado esforços para ampliar as discussões sobre as relações entre as dinâmicas de expansão do agronegócio, a intensificação de zonas de exceção e como

se situam e se fortalecem as lutas por terra e território face aos rastros de destruição.

Diante da pilhagem e do avanço das zonas de exceção, as experiências políticas e de luta dos povos originários em diferentes contextos, têm colaborado para novas reflexões sobre a força das retomadas e dos processos de recuperações territoriais face aos conflitos socioambientais e à questão agrária. As diferentes experiências apontam um conjunto de possibilidades, caminhos e horizontes diante da ofensiva da violência, pilhagem e da expansão do extrativismo.

Em um sentido mais profundo, as lutas por terra e território abrem novas margens para os debates sobre as retomadas, autodemarcações e ações de monitoramento. Se há possibilidade de futuro, esse futuro é ancestral, onde os territórios indígenas são os horizontes de vida, os quais tem sido defendido por muitas mãos e gerações desde seus saberes, seus modos de reprodução social e autonomias.

Em suma, as experiências de retomada e autodemarcação irrompem os novos e antigos cercamentos, assim como as estratégias empresariais conduzidas pelo Estado e pelas novas formas de acumulação. São práticas que ampliam fissuras a partir de múltiplos modos de existência e luta. A potência de criar fissuras em meio às ruínas, à violência e à guerra, reflete as insurreições de diversos mundos em luta por terra e território, onde a vida está no centro.

Referências bibliográficas

AMOROZO, Maria Christina de Mello; VIERTLER, Renate Brigitte. **A abordagem na coleta e análise de dados em etnobiologia e etnoecologia**. In: ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. LUCENA, Reinaldo Farias Paiva de. CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. Métodos e técnicas na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. Recife: NUPPEA, 2010. p. 65-82.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de exceção e genealogia do poder. **Revista brasileira de estudos políticos**, v. 108, p. 21-40, 2014.

BRASIL. Governo Federal. Ferrogrão – EF-170. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ferrograo-ef-170>. Acesso em: 24 dez. 2023.

BENITES, Eliel. **A Busca do Teko Araguayje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009

CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra**. Editora Contexto, 2012.

CASTILHO, Alceu Luís et al. **Os invasores I: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em Terras Indígenas**. Dossiê, De olho nos ruralistas, abr, 2023. Disponível em: <<https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CARRILLANCA, Héctor Llaitul. **El pensamiento emancipatorio de la Coordinadora Arauco-Malleco. Una estrategia de Liberación Nacional Mapuche**, 2013. Disponível em: <https://www.archivochile.com/carril_c/cc2013/cc_2013_00012.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2023.

CHAMORRO, Graciela; COMBÈS, Isabelle (Org.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015. 934p.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências**. Boitempo: São Paulo, Brasil, 2005, 255p.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no Congresso Nacional**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo.

CRESPO, Carolina Flavia. Memórias, experiências e saberes em contextos de retomada territorial mapuche em El Hoyo, Chubut (Patagônia, Argentina). **Revista Antropolítica**, n. 45, Niterói, p.21-46, 2. 2018.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme C. **Condomínios imobiliários financeiros: senhas especulativas e graves ônus sociais**. ObservaBR. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021

DELGADO, Guilherme C.; LEITE, Sergio Pereira. O agro é tudo? Financeirização como novo atributo da economia agrária. *Le Monde Diplomatique*, 2023. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/agro-financeirizacao-economia-agraria/>>. Acesso em: 24 dez. 2023.

DUBOS-RAOUL, Marine. A expansão do setor sucroenergético em território indígena no sul de Mato Grosso do Sul-Brasil. **Confins Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, nº 60, s.p, 2023.

ESTEVA, Gustavo. Protegiendo la autonomía de la democracia. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, v. 25, n. 91, p. 253-265, 2020.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. As Sociedades “contra” e “no” Estado-de Exiwa às Retomadas: Território, autonomia e hierarquia na história dos povos indígenas do Chaco/Pantanal. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 15, pp. 152-408, 2018.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Insurgência: os levantes Indígena-Camponeses e urbanos no século XXI**. In: AZEVEDO, Leon (org.). Insurgência popular e Estado de contrainsurgência: abordagens para analisar o Brasil contemporâneo. Brasília-DF: Editora O Lampião, 2019. p. 41-46.

FIALHO, Cerizi Francelino. **Retomá Kixopotí Poké'exa Terenoehikó Ihae Toné/Ipeakaxoti**: trajetória da retomada caçula do povo Terena. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022.

GRANT, Maria J.; BOOTH, Andrew. A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. **Health information & libraries journal**, v. 26, n. 2, p. 91-108, 2009.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist register**, v. 40, n. 1, p. 95-126, 2004.

IBGE. Censo Demográfico 2022 Indígenas: primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-08/liv102018_1.pdf>. Acesso em: 27/01/24.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Carta do 3º Encontro de Governança e Autodefesa Ka'apor**: “Não à mineração e ao agronegócio em nossos territórios”. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2022/05/04/carta-do-3o-encontro-de-governanca-e-autodefesa-kaapor-nao-as-mineracao-e-ao-agronegocio-em-nossos-territorios/>. Acesso em: 24 dez. 2023.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades tradicionais e meio ambiente a "questão territorial" e o novo desenvolvimentismo no Brasil. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, pp. 278-322, 2019.

LEFF, Enrique. **La cuestión ambiental lleva a comprender cómo se establece el encuentro antagónico del plano de inmanencia del régimen de racionalidad del capital con el plano de inmanencia de la vida**. In: PARRA, Gloria Isabel García; BATTHYÁNY, Karina (Org.). *Transiciones justas: una agenda de cambios para América Latina y el Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; OXFAM, 2023. p. 89-114.

LÓPEZ BÁRCENAS, Francisco. **Autonomías indígenas en América Latina**. In: ADAMOVSKY, E. et al. *Pensar las Autonomías*. México, DF: Bajo Tierra/Sísifo, 2011. p. 67-102.

MALHEIRO, Bruno. **As Amazônia no centro do mundo: do colapso climático à memória ancestral**. In: PARRA, Gloria Isabel García (Org.). *Transiciones justas: Una agenda de cambios para América Latina y el Caribe*. 1. ed. [Ciudad Autónoma de Buenos Aires]: Clacso, 2023, p. 153.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. 1.ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología de El Salvador*, 22, 219-231, 1986.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MICHELOTTI, Fernando; SIQUEIRA, Hipólita. Financeirização das commodities agrícolas e economia do agronegócio no Brasil: notas sobre suas implicações para o aumento dos conflitos pela terra. **Semestre Econômico**, v. 22, n. 50, p. 87-106, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COSTA, Antônio Pedro. Fundamentos teóricos das técnicas de investigação qualitativa. **Revista Lusófona de Educação**, n. 40, p. 11-25, 2018.

MIZUSAKI, Márcia Yukari; SOUZA, José Gilberto. O campo brasileiro e a destituição de direitos: impasse dos trabalhadores e movimentos de luta pela terra/território frente ao ultraliberalismo. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 390-416, 2020.

MOLINA, Luísa Pontes. **Terra, luta, vida: autodemarcações indígenas e afirmação da diferença**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, 2017.

MORAIS, Bruno. **Do Corpo ao Pó: crônicas da territorialidade kaiowá e guarani nas adjacências da morte**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

MORENO, Helios Escalante. **Iniciativa para la Integración Regional Sudamericana (IIRSA-COSIPLAN):** neoextractivismo y emergencia de Brasil y China en América Latina. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)* revista de la Solcha, v. 9, n. 1, pp. 77-113, 2019.

NARAHARA, Karine. **Em território Mapuche:** petroleiras, newen e conhecimento em Puel Mapu (Argentina). Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

NARAHARA, Karine L. Petroleiras e práticas cosmopolíticas em território mapuche. *Tellus*, p. 185-212, 2021.

OLIVIERA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios.** Pacificação, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2016.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. 244p.

PARANÁ. Governo do Paraná. Nova Ferroeste. Disponível em: <https://www.novaferroeste.pr.gov.br/Pagina/O-Projeto>. Acesso em: 24 dez. 2023.

PEREIRA, Lorena Izá. Matopiba: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de es-perança do campesinato. *Revista Nera*, n.47, pp. 09-21, 2019.

PIMENTEL, Spency K. **Elementos para uma teoria política kaiowa e guarani.** Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

PIMENTEL, Spency K. Apresentação do dossiê Autonomias indígenas, negras, camponesas: novas ontologias políticas na América Latina. *Tellus*, ano 21, n. 46, p. 113-123, 2021.

REDE XINGU+. Ferrogrão (EF-170) - Trecho: Sinop/MT-Itaituba/PA. Disponível em: <https://xingumais.org.br/obra/ferrograo-ef-170-trecho-sinop-mt-miritituba-pa>. Acesso em: 24 dez. 2023.

SANTOS, Anderson de Souza; ELOY AMADO, Luiz Henrique; PASCA, Dan. **“É muita terra pra pouco índio”? Ou muita terra na mão de poucos:** Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul. Instituto Socioambiental (ISA), 2020. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2022/08/prov0384.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

SASSEN, Saskia. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SAUER, Sérgio; DE CASTRO, Luis Felipe Perdigao; DE MEDEIROS ALBUQUERQUE, Ralph. Terra e juventude na América Latina: entre lutas, violências e conflitos. *Eutopia. Revista de Desarrollo Económico Territorial*, n. 19, p. 21-53, 2021.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina:** conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Bielefeld University Press, 2019.

MONFORT, Gislaine; GISLOTI, Laura. Recuperação territorial face à financeirização da terra e às zonas de exceção do Capital e do Estado: retomadas e autodemarcações em defesa da vida. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 17-44, jan./abr. 2024.

SVAMPA, Maristella. Toward a Socioenvironmental Agenda for South America. **NACLA Report on the Americas**, v. 55, n. 1, p. 88-97, 2023. DOI: 10.1080/10714839.2023.2184083

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **Mana**, v. 18, n. 1, 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. O nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

Recebido em: 31/12/2023 * Aprovado em: 01/04/2024 * Publicado em: 30/04/2024
